

O Rio deu a volta por cima?

Projetos estruturantes, pré-sal, Olimpíadas, Copa... teria o Rio de Janeiro realmente revertido o processo histórico de esvaziamento econômico?

JE retoma a discussão com entrevista com Mauro Osorio e artigos de Jorge Natal, Alba Zaluar, Luís Fernando Soares Moraes e do Fórum Popular do Orçamento.



Resumo da monografia *Mecanismos de Transmissão da Política Monetária: O Canal do Crédito no Brasil entre 2003 e 2006.*

Editorial

Nossa cidade, nosso estado

■ Nesta primeira edição de 2011 voltamos à discussão sobre as perspectivas e oportunidades econômicas da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Com os investimentos para a Copa e as Olimpíadas, a entrada em breve em operação dos campos do pré-sal – e todos os esperados reflexos na economia regional e na arrecadação – e os projetos estruturantes em andamento, como o Comperj e o pólo siderúrgico e portuário de Santa Cruz e Sepetiba, sem falar na ofensiva no campo da segurança, viveria o Rio um processo de reversão de seu histórico esvaziamento econômico?

Mais uma vez fomos ouvir o economista Mauro Osorio, especialista na economia da cidade e do estado, que visualiza uma oportunidade para a reversão da trajetória de crise regional, mas aponta dificuldades e desafios.

No campo do urbanismo, artigo de Jorge Natal, professor do Ippur/UFRJ, reflete sobre as transformações urbanas fluminenses, apontando positivities, assim como problemas e preocupações.

Em segurança e ainda sob o impacto da invasão do Complexo do Alemão, Alba Zaluar, fundadora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Violências (Nupevi) da Uerj, contextualiza em seu artigo o comércio de drogas ilegais como parte do novo ambiente social, econômico e cultural no Brasil e no mundo, e clama por uma revisão das leis brasileiras que não serão nunca respeitadas por proibirem umas drogas e não outras. Artigo de Luís Fernando Soares Moraes, presidente do Conselho Regional de Medicina do estado, apresenta um diagnóstico enfático do caos no setor de saúde no Rio: faltam médicos em todas as unidades, sejam postos de saúde, UPAs ou hospitais, e, mantida essa situação, a população não terá um tratamento adequado.

Em sintonia com o tema da edição, o Fórum Popular do Orçamento fez um levantamento dos gastos municipais de duas áreas interconectadas: assistência social (a prevenção) e segurança (a remediação).

E o último dos resumos dos textos vencedores do 20º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado traz o trabalho de conclusão de curso de Ricardo de Menezes Barboza, intitulado *Mecanismos de Transmissão da Política Monetária: O Canal do Crédito no Brasil entre 2003 e 2006*.

SUMÁRIO

- 3 Rio de Janeiro
Alba Zaluar
Paradoxos da proibição
- 5 Rio de Janeiro
Luís Fernando Soares Moraes
Desmonte da saúde pública
- 7 Entrevista: Mauro Osorio
“Vivemos uma oportunidade para reversão da trajetória de crise regional.”
- 10 Rio de Janeiro
Jorge Natal
Transformações urbanas fluminenses contemporâneas
- 12 Prêmio de Monografia
Ricardo de Menezes Barboza
Mecanismos de Transmissão da Política Monetária: O Canal do Crédito no Brasil entre 2003 e 2006
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Assistência Social e Segurança na cidade do Rio de Janeiro
- 16 Curso preparatório para a Anpec
Agenda de curso para 2011

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS
ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, Gisele Rodrigues, José Ricardo de Moraes Lopes, Paulo Mibieli Gonzaga, Paulo Passarinho e Sidney Pascoutto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiros Efetivos: 1º Terço: (2008-2010): Luiz Mario Benhken, Ruth Espinola Soriano

Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2008-2010): Arthur Câmara Cardozo, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigo Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascoutto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascoutto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Paradoxos da proibição

■ Alba Zaluar*

Não é novidade afirmar que o tráfico de drogas ilegais, tendo sido instituído como crime, tornou-se atividade econômica transnacional com conexões nos negócios legais. De fato, seus efeitos só são entendidos quando se tomam as relações simbióticas entre diferentes atores com interesses comuns que formam um tecido social, econômico e institucional entrelaçado. Este tecido compõe o elemento sistêmico que existe, no interior e fora das nações, nas redes transnacionais das atividades econômicas criminosas.

Outra afirmação disseminada é sobre o processo de globalização, nem sempre esclarecendo a dinâmica que conecta as atividades ilegais ao sistema financeiro volátil e transnacional. Mas fala-se da predomi-

nância do capital financeiro, com jogos para ganhar dinheiro rapidamente no mercado, em detrimento da produção, especialmente a industrial. Não só a volatilidade do mercado financeiro internacional facilita manobras para a lavagem do dinheiro ganho em atividades ilegais diversas, como a própria cultura empresarial muda. O objetivo deixa de ser poupar para investir, e sim ganhar dinheiro facilmente para consumir de modo hedonista. Estimulou-se a nova cultura que afeta desde os empreendedores até o mais reles consumidor dos novos bens ofertados, legais e ilegais. O comércio de drogas faz parte do novo ambiente social, econômico e cultural.

Valores individualistas e mercantis selvagens se dissemi-

mites morais fornecidos pelo social e pelo institucional preparado para enfrentar os novos desafios.

Entretanto, há polêmicas. Uma das mais acirradas diz respeito à organização ou não do crime. Entendo que o crime organizado funciona em redes de conexões organizacionais e interpessoais, a um só tempo hierárquicas e horizontais, cujos fluxos operam em relações não-corporativas. Rede refere-se a relações abertas no tempo e no espaço, conectando intermediários ligados por laços de diversos tipos, ocasionais ou não. Esta perspectiva permite compreender como padrões macrosociais estão presentes nas atividades e relações microsociais no varejo do comércio de drogas em territórios dominados. Permite também entender a persistência de tais arranjos apesar dos conflitos mortais que resultam da clandestinidade, ceifando vidas de jovens que operam nas pontas das redes.

Polêmico também é o entendimento do impacto econômico do tráfico de drogas. Há quem afirme que este atende às exigências para definir um empreendimento capitalista: envolve capital, trabalho e mercados, sendo hoje um dos maiores setores econômicos mundiais. Do ponto de vista de uma economia schumpeteriana, criaria desenvolvimento, isto é, geraria inovações industriais e retornos crescentes no setor produtivo, pois se baseia em inovações industriais na produção das drogas. Sendo criador de riquezas e de empregos, aumentaria a velocidade e o volume na circulação de dinheiro. Porém, muito

pouco se aprofundou na microsociologia das relações entre o dinheiro e o tráfico, entre o comércio que atravessa fronteiras nacionais e os efeitos políticos, culturais e econômicos dentro de países.

Um dos principais problemas mundiais é a incapacidade demonstrada pelos Estados nacionais de coibir o uso de drogas ilegais, bem como o mundo criminal sinistro que se desenvolveu para fazê-las circular por toda parte com uma logística impressionantemente eficaz. Este mercado é apenas parte do sistema do crime-negócio que está em diversos setores, utilizando redes e mecanismos similares com o intuito de aparentar operações limpas e legais. Já que os setores econômicos, sobretudo os ilegais, misturam os mercados formal e informal, setores legais e ilegais, ao mesmo tempo em que conectam instituições governamentais a traficantes, os negócios destes penetram em muitos dos setores legais da sociedade. Tais setores funcionam frequentemente na economia formal, mas obtêm parte de seus lucros no tráfico de drogas. Bancos, mercado imobiliário e companhias de transporte fornecem serviços para os negócios ilegais e os mecanismos principais da lavagem de dinheiro sujo.

Mas não se trata de mercado aberto, mesmo considerando que mercados sempre funcionaram de forma imperfeita. Pois só podem ser admitidos nele os que gozam da confiança e têm a permissão de quem tem um lugar melhor na rede criminal. Fruto da ambição de atingir amplos e fáceis lucros ilegal-

naram durante os anos 1970 e 1980 no Brasil, traduzidos pelas expressões corriqueiras como "levar vantagem em tudo", próprios da nova fase do capitalismo selvagem. A sociedade brasileira sofreu o impacto da colonização pelo mercado e passou a carecer dos li-



mente, o narcotráfico fomenta a criação de restrições ao livre comércio desde o atacado até o varejo. Mesmo assim, num contexto de pouco desenvolvimento econômico e desindustrialização, mais pessoas podem vir a ser atraídas ao arriscado negócio e organizar suas ações de modo a obstruir a detecção e a acusação judicial, seguindo o jogo sujo e necessariamente violento dos fora da lei.

O primeiro paradoxo do crime-negócio é que, surgido em nome da liberdade de ação, transcende a lei e nega os princípios mais caros ao liberalismo econômico. A macroeconomia da droga, embora suscite crescimento econômico e aumento a circulação de moeda, tem efeitos perversos nos planos político e cultural, que se revelam de maneira dramática nos pontos finais dos seus arranjos reticulares. O crime organizado aumentou em muito a violência em alguns setores, especialmente o do tráfico de drogas no varejo. Os que ocupam posições estratégicas nas redes podem ter rápidos ganhos devido à combinação de poucos limites institucionais e corrupção, mas fomentam práticas subterâneas e violentas de resolução de conflitos na luta perene pelo controle do comércio e do poder: ameaças, intimidação, chantagem, extorsão, agressões, assassinatos.

O segundo paradoxo da economia das drogas ilegais começa de uma demonstração do poder do Estado ao proibir o seu comércio, porte e uso. A droga, tornada ilegal pelas leis do Estado, passa a ameaçar a organização, governança e o princípio básico da existência do Estado: o monopólio legítimo da violência. Não surpreende que o Conselho Social e Econômico

das Nações Unidas tenha concluído que o crime organizado, com a capacidade de expandir suas atividades a ponto de ameaçar a segurança e a economia dos países, particularmente os que estão em transição e desenvolvimento, representa o maior perigo que os governos têm de enfrentar para assegurar a estabilidade, segurança e preservação da tessitura social, e a continuidade do desenvolvimento econômico.

Este paradoxo no exercício de poder do Estado, que passa a ameaçar a capacidade estatal, fica mais claro em países em desenvolvimento, mas com fraco aparato institucional. Corrupção institucional, irreverência pela lei, ineficácia no sistema de Justiça e ineficiência das políticas de prevenção e tratamento no uso abusivo conspiraram para que a violência urbana aumentasse desastrosamente, onerando custos do sistema de saúde e impossibilitando a execução de outras políticas no combate à pobreza. O tiroteio cada vez mais comum nos bairros populares e favelas, o uso de armas de fogo nas ruas, praças e escolas, a proibição expressa de traficantes quanto ao ir e vir de favelados e servidores públicos têm prejudicado os moradores, obrigados a mudar-se ou a enfrentar a obstrução das poucas vias existentes nas favelas. Impede a entrada de inimigos, mas também a de vans, ambulâncias e caminhões de lixo ou de entrega.

O terceiro paradoxo é aquele que se refere à relação entre o consumidor e a droga que pode acabar por destruí-lo, ameaçando a existência do mercado consumidor. Esse é o de mais fácil solução, pois os contextos de uso, os usuários e a relação deles com diferentes drogas



não são homogêneos. Os usuários de drogas não formam uma categoria unívoca de pessoas. Pesquisas mundialmente feitas apontam diferenças em graus de envolvimento com a droga e com o grupo – se a tomam nas horas de lazer ocasionais, se ela é central na definição de um estilo de vida alternativo compartilhado com outros, ou se ela é o eixo na definição da identidade individual do usuário compulsivo. Não é a demanda por drogas, decorrente de mudanças nos estilos de vida, que merece o qualificativo “destrutivo”, mas o uso incontrolado que impõe a usuários com certas características pessoais e socioeconômicas. Neste caso, o consumo obsessivo advém de variados problemas socioeconômicos que não conseguem enfrentar – baixo rendimento escolar, desemprego, discriminação, pobreza, conflitos familiares – acompanhado pelo aumento impressionante de crimes contra a propriedade e contra a vida.

O comércio de drogas ilegais pode ser considerado como um setor da distribuição de bens e serviços do “consumo massivo de estilo” que é mais caro que o consumo familiar, isto é, despesas familiares vinculadas aos modelos seguros

das famílias de trabalhadores. A sociedade do pós-guerra sofreu um processo acelerado de transformações econômicas, políticas e culturais que se traduziram na fragmentação social e na importância crescente do lazer e consumo como meios de definir novas identidades sociais, em particular a dos jovens. Tais mudanças indicam que as restrições morais convencionais, que existem sem a lei, enfraqueceram-se e que o controle social vem primordialmente das funções policiais de vigiar e aplicar a lei.

Neste país, começou-se tardiamente a investigar a provisão de drogas e armas ilícitas ou o poder das redes de traficantes, principalmente suas conexões com empresas e instituições legais. Apesar da criação de fundos para o controle público dessas ações durante os anos 1990, só recentemente deu-se atenção aos interesses econômicos e políticos conectados à economia da droga, particularmente as interações tecidas entre o mundo visível e o invisível, o legal e o ilegal, o formal e o informal. Em outras palavras, se bem que a Polícia Federal tenha começado ainda incompletamente a examinar o crime organizado, as Polícias Estaduais intervêm principalmente na repressão violenta e esporádica de favelas e bairros pobres nas regiões metropolitanas e capitais.

O projeto das UPPs representa uma ruptura com tal padrão, mas não se pode abrir mão da polícia investigativa e da revisão de leis que não serão nunca respeitadas por proibirem umas drogas e não outras.

* Alba Zaluar é professora titular de Antropologia do Instituto de Medicina Social da Uerj e fundadora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Violências (Nupevi) da Uerj

Desmonte da saúde pública

■ Luís Fernando Soares Moraes*

A política de recursos humanos das autoridades de saúde do Rio de Janeiro tem sido uma mera operação tapa-buracos. Se há um plantão sem anestesista aqui, contratam outro em caráter emergencial. Falta um pediatra ali, remanejamos um médico só para cobrir aquele plantão. E, dia a dia, a falta de médicos persiste e se agrava em todas as unidades, sejam postos de saúde, UPAs ou hospitais. Não há planejamento ou política de recursos humanos consistentes que resolvam esta questão crucial para garantir o atendimento adequado à população. Esta situação das unidades de saúde sempre ganha destaque no período eleitoral. Brotam inúmeras promessas, projetos e denúncias que esquentam o debate político, mas não saem do papel tão logo se inicia o novo mandato. A saúde pública deveria ser prioridade não para fins eleitorais, mas pela obrigação moral com a população.

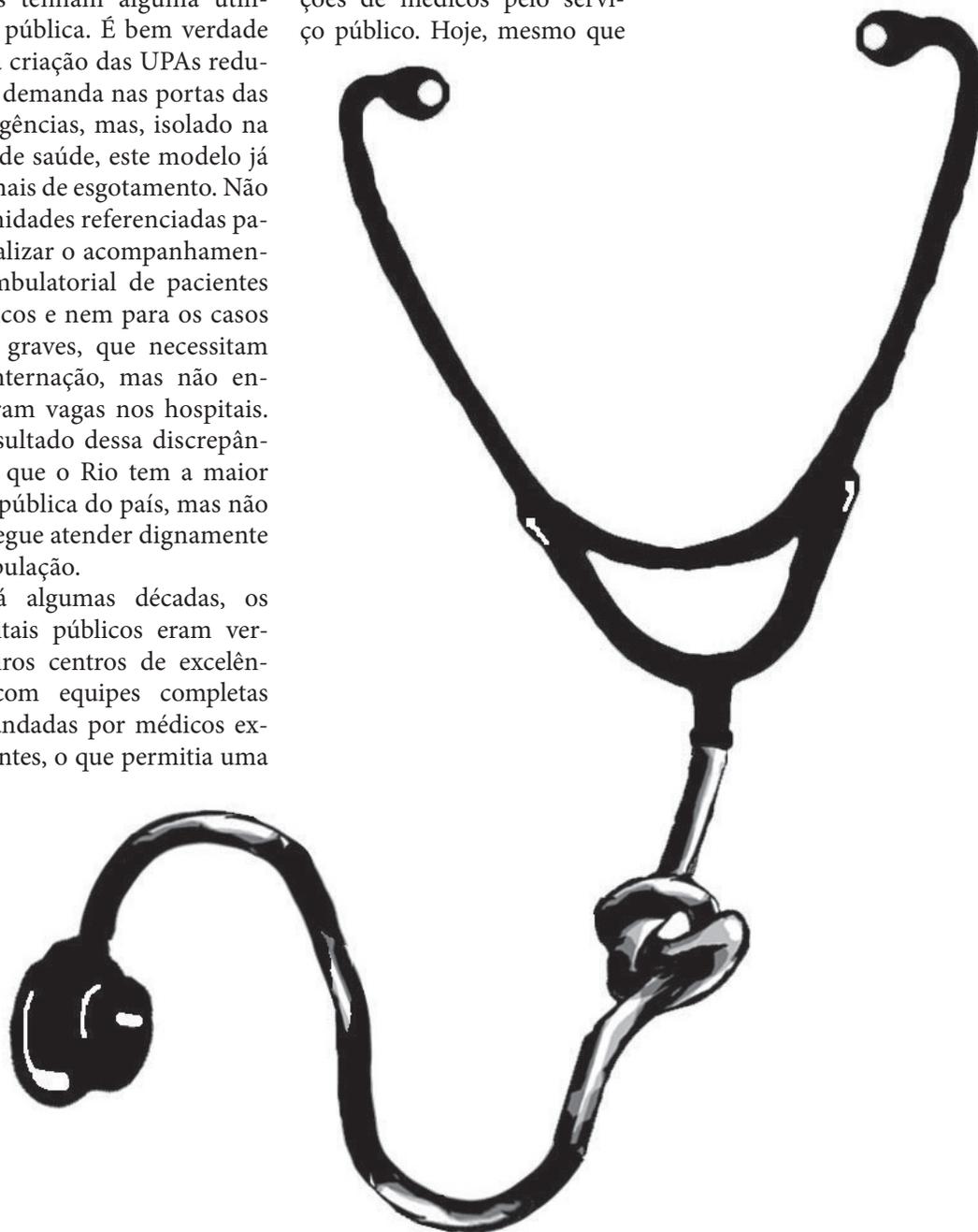
Para entender os conflitos da saúde pública do nosso estado, é preciso analisar o seu funcionamento ao longo dos anos e os fatores que a levaram à penúria. Aqueles que acreditam que seu calcanhar de Aquiles é a liberação de verbas para insumos e equipamentos estão enganados. Público e notório, este descaso com as reivindicações dos médicos mostra como é contraditória a política de investimento em saúde no Brasil. Se os governantes investem na construção de UPAs, que raramente

têm quadro de médicos completo e consomem milhões tanto para serem construídas quanto para serem equipadas, não há justificativa plausível para negar o reajuste de salário dos médicos. É no mínimo contraditório empregar tanta verba em obras se não há investimento compatível em recursos humanos, o item fundamental para que estas unidades tenham alguma utilidade pública. É bem verdade que a criação das UPAs reduziu a demanda nas portas das emergências, mas, isolado na rede de saúde, este modelo já dá sinais de esgotamento. Não há unidades referenciadas para realizar o acompanhamento ambulatorial de pacientes crônicos e nem para os casos mais graves, que necessitam de internação, mas não encontram vagas nos hospitais. O resultado dessa discrepância é que o Rio tem a maior rede pública do país, mas não consegue atender dignamente a população.

Há algumas décadas, os hospitais públicos eram verdadeiros centros de excelência com equipes completas comandadas por médicos experientes, o que permitia uma

ótima formação prática para os jovens médicos e a continuidade da memória científica daquela unidade. Havia o vínculo emocional, o comprometimento com o hospital e a possibilidade de uma bem-sucedida carreira. O sucateamento das unidades, a falta de concursos e a precarização do vínculo de trabalho minou o interesse das últimas gerações de médicos pelo serviço público. Hoje, mesmo que

um temporário pretenda criar vínculo com um hospital, ele não terá certeza de seu destino após um ano ou dois, período que corresponde ao prazo médio de vigência dos contratos com as empresas terceirizadas. Por conta disso, aqueles médicos mais antigos, que vão pedir ou já pediram aposentadoria após dedicarem suas carreiras ao serviço público,



sentem uma frustração enorme por não passar adiante o que aprenderam naquela instituição. Muitos temem, inclusive, o fim dos serviços onde trabalharam durante anos. E, perplexos, acompanham o entra e sai de médicos temporários que, sem estabilidade ou perspectivas, migram de um hospital para o outro. Como cobrar que estes médicos sintam-se integrantes do Estado, se as diversas formas de contratação existentes representam, a longo prazo, a extinção da carreira na saúde pública para os médicos?

Em vistorias realizadas, principalmente em hospitais, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro constatou a existência de quatro tipos diferentes de vínculos de trabalho em vigor. Aos poucos estatutários que ainda restam nestas unidades, juntaram-se os contratados temporariamente por cooperativas, por organizações sociais e por fundações. Há tantos modelos de vínculos empregatícios vigentes que é impossível definir como será a forma de contratação da esfera pública daqui a cinco anos. O argumento usado pelos gestores para não promover concursos públicos é a limitação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permite que o Estado contrate de forma correta e idônea médicos para atender à população, mas permite o uso de artifícios questionáveis para tal.

Mesmo assim, quando se propõe a realizar concursos, oferece salários irrisórios e até ilegais. Tanto que, recentemente, o Cremerj obteve uma liminar na Justiça que obriga a Prefeitura de São Gonçalo a aumentar o salário ba-

se oferecido aos médicos em seu último concurso público. De acordo com o edital, o salário base seria de 325 reais por 24 horas semanais, mais as gratificações. Imagine que estes profissionais, que são responsáveis por cuidar da saúde da população, teriam direito a uma aposentadoria inferior ao salário mínimo brasileiro. Esta proposta, inclusive, fere a Lei 3999/61, que define o salário base dos médicos em



três vezes o salário mínimo em vigor. A prefeitura justificou que o salário aumentaria com as gratificações, mas essas não são incorporadas à aposentadoria ou à licença-maternidade, por exemplo. Isto é um desrespeito não só com os médicos, mas também com a população. Com este tipo de proposta pouco atrativa e tão fora de mercado, as chances de adesão e, principalmente, de permanência destes médicos são muito baixas. Qual o limite do descaso dos gestores da saúde da população?

Além da diferença no modelo de contratação, há também disparidade na remuneração. Há casos de médicos que exercem a mesma função numa mesma equipe,

mas têm vencimentos muito diferentes. Isto porque os contratados de forma temporária costumam receber salários mais altos do que os seus colegas estatutários. Esses últimos ganham gratificações para equiparação dos vencimentos, que não são incorporadas ao salário base, aquele que é usado como referência para o cálculo da aposentadoria e de licenças. Atualmente, em média, um médico temporário recebe cerca de 2,5 a 3 mil reais por 24 horas de trabalho por semana, enquanto um residente – que também já é médico, mas está cursando a sua especialidade – ganha cerca de 1,9 mil por 60 horas semanais.

A baixa remuneração na esfera pública tem provocado movimentos de médicos especialistas. Há poucos meses, um movimento de médicos cardiovasculares quase paralisou o atendimento da especialidade pelo SUS no Rio de Janeiro. Estes especialistas estavam sem reajustes há mais de dez anos, sendo que precisam manter suas equipes treinadas e atualizadas para a realização diária de procedimentos de alta complexidade. As estimativas apontavam que o SUS pagava cerca de mil reais por cada procedimento de cirurgia cardiovascular, sendo que esta quantia é dividida entre a equipe formada por seis profissionais: cirurgião-chefe, três cirurgiões-assistentes, um instrumentador e um perfusionista. O cirurgião receberia cerca de cem reais por um procedimento de alta complexidade, que chega a durar de quatro a seis horas. E, para tornar-se um cirurgião vascular, este médico cursou seis anos de faculda-

de de Medicina, dois anos de residência e mais quatro anos de especialização.

A solução para o caos na saúde pública não é simples, mas certamente passa pelo investimento na melhoria do atendimento básico à população e na contratação de médicos com salários dignos, para que se consiga fixar equipes em todas as unidades de saúde. Em suas vistorias, o Cremerj tem encontrado unidades permanentemente superlotadas, onde não há leitos suficientes e faltam médicos em todas as especialidades. Mas não há carência de médicos especialistas, como sugere a informação. Na verdade, há ofertas de salários baixos, maquiados com gratificações, que não interessam aos médicos especialistas que têm melhores opções de remuneração no mercado de trabalho. Os vínculos precários e os concursos com ofertas de salários pouco atrativos também provocam a baixa adesão dos jovens médicos ao serviço público.

Atualmente, não há mais diferença na proporção de médicos estatutários e temporários na rede pública: registra-se um empate com 50% para cada tipo de vínculo. Se analisarmos só as equipes que atuam nas emergências, este número sobe para 70% de médicos temporários contra apenas 30% de estatutários. Um cenário que evidencia a tentativa dos gestores de isolar e extinguir o médico estatutário das unidades públicas. Trata-se de um plano orquestrado para o desmonte lento e dissimulado da saúde pública do país.

* Ginecologista e obstetra, Luís Fernando Soares Moraes é presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro.

“Vivemos uma oportunidade para reversão da trajetória de crise regional.”

O economista Mauro Osorio dedica-se a pesquisar e pensar o desenvolvimento econômico e social do estado e município do Rio de Janeiro, tema sobre o qual discorre nessa entrevista. Além de professor da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, leciona nas pós-graduações Economia Fluminense e Economia do Turismo do IE/UFRJ. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, Mauro é autor de *Rio Nacional, Rio Local: Mitos e Visões Sobre a Crise Carioca e Fluminense* (editora SENAC, 2005) e coorganizador com Renata La Rovere de *Desenvolvimento local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e seu Entorno*.

P: O segundo mandato de Sergio Cabral Filho será marcado por investimentos na área produtiva – como o pólo petroquímico, em Itaboraí, e o avanço de vários projetos siderúrgicos e portuários, na área de Santa Cruz e Sepetiba – e na infraestrutura urbana, com as obras previstas por força da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Como você avalia esse momento, para muitos uma grande oportunidade para o nosso estado? Reverteremos um ciclo de esvaziamento econômico e estagnação?

R: Vivemos uma oportunidade para reversão da trajetória de crise regional. Entre 1970 e 2008, o ERJ foi a unidade federativa que mais perdeu participação na economia nacional, de 32,10%, e foi a capital que mais perdeu participação, de 56,80%.

A partir de meados dos anos 90, apesar de investimentos como os automobilísticos no Vale do Paraíba, o ERJ manteve um dinamismo econômico inferior aos demais estados. A produção física da indústria de transformação, entre 1996 e 2008, no ERJ apresentou queda de 9%, contra um crescimento no Brasil, ESP e MG de 23%, 29% e 25%, respectivamente.

Na mesma direção, entre

1995 e 2009, o ERJ apresentou um crescimento do emprego formal, para o total das atividades econômicas, de 43,3%, contra 73,5% no país. Na indústria de transformação, o crescimento do emprego formal no ERJ foi de 2,6%, contra 50,3% no país.

A participação do ERJ no PIB brasileiro, a partir de 1995, mesmo incluindo a indústria extrativa mineral, apenas deixa de cair. Em 1995, a participação do ERJ no PIB nacional foi de 11,2%, e em 2008, de 11,3%.

A partir de período recen-

te, ocorreu uma aproximação da trajetória da economia fluminense relativamente à brasileira. No entanto, para consolidação dessa reversão, é necessário, além de atrair grandes empreendimentos, aprimorar estratégias na área das políticas setoriais.

P: A experiência desenvolvimentista no Brasil, apesar do seu dinamismo econômico ao longo de várias décadas do século passado, não foi capaz de nos fazer um país justo. Ao contrário, somos exemplo de gritantes desigualdades. E o Rio é uma expressão desse paradoxo. De que forma, especificamente em relação aos grandes projetos produtivos em curso no estado, com forte viés exportador, você avalia que a ideia de desenvolvimento possa se compatibilizar com metas de redução da miséria e dos gritantes desequilíbrios sociais?

R: Grandes empreendimentos podem ser importantes âncoras, mas podem gerar poucos resultados, se não levarmos em conta a noção de complexos produtivos e a necessidade de geração de empregos. É necessário dar ênfase à coordenação de políticas. Um exemplo é Caxias, onde ocorreu, na



atual década, a implantação do pólo gás-químico. Apesar dessa iniciativa e de o Governo ter criado um centro vocacional no município, na área de polímeros, a atração de indústrias da terceira geração petroquímica (plásticos) foi pouco significativa vis-à-vis às possibilidades existentes. Na área petroquímica, a primeira e a segunda geração criam em torno de 3% do total de empregos, e a terceira geração em torno de 97%.

Para dinamização da área petroquímica na região, é necessário elaborar uma estratégia, agregando aspectos como a definição da localização dos empreendimentos, questão ambiental, logística de acesso, infraestrutura de telecomunicações etc.

Com a produção de gás, no pré-sal, estima-se que se pode ampliar em até cinco vezes a planta de gás-químico. Um dado positivo é que já ocorrem contatos entre o Governo do Estado, empresários e Prefeitura de Caxias, visando ampliar a coordenação de políticas.

É importante também integrar a política econômica a políticas nas áreas de saneamento, saúde, educação, habitação, lazer e transporte de massas. Na RMRJ, é importante criar uma Agência Metropolitana Pública. A RMRJ apresenta particular precarização, no âmbito social e na geração de empregos, no cenário das metrópoles do Sudeste. Em 2009, mais de 70% dos empregos formais da RMRJ estavam concentrados na cidade do Rio. Do ponto de vista social, ao se realizar, por exemplo, um ranking do resultado do IDEB, nos municípios das RMRJ, RMSP e RMBH, para o ensino fundamental público, vê-se que todos os 15 piores resultados encontram-se na periferia da RMRJ.

P: E a questão ambiental e os impactos sociais e demográficos desses megaprojetos? Os custos envolvidos nessas esferas em geral não são corretamente avaliados, e as consequências produzidas muitas vezes acarretam problemas muito maiores do que soluções para o nosso futuro. Para muitos, por exemplo, a região de Santa Cruz e Seropédica está se transformando em uma nova Cubatão. Qual a sua visão sobre essa questão?

R: O megaprojeto não é um mal em si. A questão ambiental deve ser tratada com rigor, mas com serenidade e avaliações isentas.

Na área ambiental, como nas demais áreas, é importante haver continuidade de políticas, permitindo uma consolidação da reestruturação do Estado – que por décadas viveu um processo de precarização e ausência de concursos públicos – e fazendo com que o poder público seja protagonista, não ficando a reboque dos grandes empreendimentos.

É um exagero falar que Santa Cruz e Seropédica virarão uma nova Cubatão, embora a questão ambiental tenha que ser acompanhada minuciosamente. É importante pensarmos uma política de adensamento da estrutura produtiva nessas duas regiões. Na Área de Planejamento 5 – RAs de Santa Cruz, Campo Grande, Bangu, Realengo e Guaratiba – existiam, em 2009, apenas em torno de 7% do emprego formal da cidade do Rio, lá residindo em torno de 30% dos moradores da cidade.

É importante desenharmos uma política que atraia uma rede de fornecedores e empregos para as siderúrgicas implantadas na região. É importante também uma maior

revitalização da Nuclep, que pode atender às necessidades de equipamentos do setor siderúrgico, além de outras demandas, ampliando a presença de bens de capital por encomenda no ERJ.

Seropédica possui hoje graves problemas. Por outro lado, há a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e, com o término da obra do Arco Metropolitano, o acesso ao município mudará. Seropédica fica ao lado do terminal de contêiner do Porto de Itaguaí, que, com o Arco, será facilmente acessado. Por que não pensar em uma política de atração de atividades produtivas para a retroárea do Porto, em Seropédica?

No complexo portuário de Itaguaí poderá ser instalado um terminal de grãos, e a UFRRJ possui uma área de engenharia de alimentos. Por que não atrair produção animal, usando grãos como matéria-prima, e também indústrias que utilizem a produção animal como insumo? Essas indústrias poderiam usar o terminal de contêiner de Itaguaí como vantagem comparativa.

P: A Petrobrás e os projetos ligados à exploração do petróleo, potencializados pela descoberta do pré-sal, são as grandes locomotivas do nosso crescimento e desenvolvimento tecnológico. Como aproveitar esse fato para o desencadeamento do conjunto de nossa economia, inclusive para a transição a uma economia de baixo carbono? Seria possível atender a essa expectativa?

R: Empresas estrangeiras de petróleo que chegam ao país têm procurado implantar centros de tecnologia. O parque tecnológico da UFRJ já está com dificuldade para oferecer espaço físico. Isso demonstra que as



empresas acreditam ser importante investir, a médio e longo prazo, na área de petróleo no país. Traz também a possibilidade de inovação tecnológica e de geração de tecnologias híbridas, que podem servir ao período pós-petróleo.

Dados preliminares da Prefeitura do Rio apontam que, até 2016, o complexo produtivo do setor de petróleo e gás poderá gerar, apenas na cidade, cinco vezes mais empregos do que as Olimpíadas. Em São Paulo foi desenhada uma agressiva política para a área de petróleo e gás, buscando inclusive centralizar a inteligência do setor naquele estado. É importante aprimorar uma estratégia para consolidação da área de engenharia vinculada ao complexo petróleo e gás no Rio, e atrair a estrutura produtiva vinculada ao setor, que ainda não está instalada no país e que, com o pré-sal, passará a ter escala para permitir produção interna.

P: Considerando o projeto para os Jogos Olímpicos de 2016

e as primeiras ações em curso, na sua avaliação, qual é o cenário mais provável em termos de legado positivo permanente do evento para a cidade?

R: Uma cidade com a plasticidade do Rio tende a ganhar com os megaeventos internacionais. Foi um erro para o Rio deixarmos de realizar a prova de Fórmula 1.

No entanto, visando maximizar os resultados para a população, devem ser realizadas correções no projeto Olímpico. Em Londres, que sediará as próximas Olimpíadas, a área utilizada para realização do evento estava fortemente degradada e está sendo recuperada, não só para o evento, mas também para a vida da cidade. Diversos equipamentos são temporários e serão desmontados. O evento está sendo aproveitado para criação de novos meios de transporte de massa sobre trilhos. Além disso, 50% dos imóveis construídos para a Vila Olímpica serão destinados, por lei, à população de baixa renda. Equipamentos, como o Centro de Mídia, passarão a ser, após o evento, utilizados como centro de capacitação profissional em uma das áreas com piores índices sociais no Reino Unido. E, para os equipamentos esportivos, que não serão desmontados, foi definida uma política de uso permanente.

P: Como garantir que as intervenções urbanísticas não correspondam aos interesses do setor imobiliário, turístico e de negócios financeiros, deixando de lado as necessidades de transportes de massa, moradias populares e equipamentos urbanos voltados para as maiorias?

R: A conquista da sede das

Olimpíadas de 2016, pelo Rio, não ocorreu por seu projeto Olímpico e pela infraestrutura existente, mas sim por uma conjunção de fatores: articulação das esferas de poder; nunca ter ocorrido uma Olimpíada na América do Sul; a luta interna entre entidades esportivas européias; a boa imagem brasileira no exterior; e a marca Rio. O Rio conquistou as Olimpíadas pelo seu capital intangível. É hora de usarmos os megaeventos esportivos para ampliar o seu capital tangível.

É necessário trazer os eventos, no limite do possível, para a região Portuária e Central, que congrega em torno de 40% do emprego formal da cidade e em torno de 4% da moradia. Pode ser uma oportunidade utilizarmos as Olimpíadas para investimento na região, ampliação de moradia, inclusive popular, e do transporte sobre trilhos, transformando, por exemplo, o trem suburbano em metrô de superfície. Entre a Zona Oeste, a Suburbana e a Central, circulam e moram em torno de 70% da população carioca.

P: Nosso estado se encontra dentre os piores, em termos federativos, no desempenho do sistema público de ensino. Com as patentes restrições orçamentárias que temos, você tem esperança de alguma reversão qualitativa do atual quadro da educação fundamental e média? Em que medida a falência do sistema estadual público de educação pode comprometer a necessária oferta de mão de obra para os projetos estruturantes previstos?

R: Apesar de concordar com

a gravidade da área educacional no ERJ e prioridade de sua reestruturação, não creio que a oferta de mão de obra será um gargalo insuperável para os projetos estruturantes. A história do Rio em termos de educação e qualificação e, também, as medidas tomadas através de instituições como o PROMINP, permitem um fôlego inicial. Em Pernambuco, o gargalo de mão de obra não vem sendo impeditivo para o porto/indústria de Suape, onde uma das principais âncoras é a indústria naval, que não tinha tradição na região. O Rio, a partir do golpe de 64 e das cassações, sofreu um particular processo de degradação da sua lógica política. Não surpreende que, nesse processo, a educação, pela sua complexidade e alto custeio, tenha sido uma das mais atingidas pela lógica clientelista. Nesse caso, entendemos que a questão seja menos de ampliação de recursos e mais de profissionalização e melhoria de gestão, como já vem ocorrendo em outras áreas, desde 2006.

P: E a questão de segurança? Fala-se muito das UPPs, de “choques sociais”, mas sabemos que nessa área temos também graves restrições orçamentárias. Mesmo nas favelas que já dispõem de UPPs, o prometido choque de serviços públicos sociais não ocorreu. Como resolver esse problema?

R: Para traçar estratégias para o Rio, é necessário entender suas especificidades. **Por que no ERJ há 40 homicídios por 100 mil habitantes, contra 15 homicídios por 100 mil habitantes no ESP? Por que o “estado paralelo” tomou proporções no Rio inexistentes**

em outras metrópoles? Essas especificidades fazem com que a implantação das UPPs, per se, já seja uma ruptura considerável. Além disso, ao naturalizarmos uma nova situação nessas regiões, o número do efetivo policial poderá ser menor, facilitando a universalização das UPPs. Concordamos, porém, que a melhora de infraestrutura e dos serviços sociais é fundamental e de difícil equacionamento. Dependerá, em boa medida, das pressões sociais e da definição de prioridades.

P: Como você avalia o movimento de alguns governadores que retornam com a demanda de uma nova renegociação das dívidas dos estados com a União? Você acredita que uma rediscussão sobre a divisão do bolo tributário tenha condições de evoluir, no âmbito do debate sobre uma reforma tributária verdadeira, sempre reivindicada e nunca realizada?

R: A questão tributária apresenta particular relevância para o ERJ, no momento em que se discute a distribuição dos royalties.

Analistas apontam que o ERJ possui uma carga tributária particularmente alta, o que é falso. Esse senso comum amplia o risco de termos perdas de receita de royalties. Não recebemos receita de ICMS, porque a extração do petróleo é cobrada no destino, não na origem. Além disso, temos uma estrutura produtiva limitada e a extração do petróleo infla o PIB fluminense, diminuindo nossa participação no FPE – cuja lógica de distribuição prioriza regiões mais pobres. Se, além disso, tivermos perdas significativas de royalties, ficaremos no pior dos mundos.

Transformações urbanas fluminenses contemporâneas

Positividades, problemas e preocupações

■ Jorge Natal*

Há evidentes transformações em curso no estado do Rio de Janeiro (ERJ); e mais: elas são muitas e de extrema importância para os destinos da sociedade fluminense. Ademais, essas transformações apenas se mostram mais inteligíveis quando recuamos a análise pelo menos à segunda metade da última década do século passado. De outra forma: desde ali o ERJ vem experimentando uma série de transformações, incluindo-se aí as verificadas em seus espaços urbanos – o foco deste artigo. Cabe também apontar que uma parcela dessas transformações, ora tão somente sugeridas, interage entre si, o que é de enorme relevância para a sua compreensão mais abrangente, com destaque para as de caráter urbano (como assinalado). Este sucinto conjunto de apontamentos começará a ser esclarecido logo em seguida.

A observação inicial diz respeito ao posicionamento no ERJ, pela primeira vez em sua história, da ampliação significativa do número de lugares com algum peso em termos de polarização em seus âmbitos 'regionais', bem como de uma determinada e novidadeira rede urbana. Ou seja: diferentemente do exemplo clássico brasileiro, o do estado de São Paulo, e de diversas experiências ocorridas em países do centro capitalista, não se faziam presentes no estado fluminense até passado relativamente recente, no limite, as duas dimensões que vieram de ser mencionadas (e conceituadas antes mencionadas). Vale lembrar que o espaço que define o atual es-

tado do Rio de Janeiro sempre foi marcado pela presença, avultada, da sua atual capital – e sob qualquer critério que se queira considerar. Mas hoje, ao reverso do passado, municípios que antes eram razoavelmente ignorados ou mesmo desconhecidos no estado, e não apenas em termos geográficos, passaram a ser mencionados de maneira recorrente (inclusive fora dele), tais como S.J. da Barra, Pirai, Quissamã, etc.

Em complemento à primeira observação, cumpre sublinhar que as transformações supramencionadas requerem a consideração do que se poderia denominar de interiorização das atividades econômicas no estado; interiorização essa, por sua vez, que levou à criação, à redefinição e mesmo à ampliação de polarizações citadinas estaduais. Tal interiorização, ainda que curiosamente litorânea, com a exceção do chamado Médio Vale do Paraíba, é inequívoca. Para tal, concorreram: a cadeia de petróleo e gás, as novas estratégias de localização das empresas facultadas pelas novas tecnologias¹, a guerra fiscal e as concessões de incentivos de toda ordem (subsídios, prazos de carências para dados financiamentos públicos, etc.), os royalties recebidos pelos municípios, os investimentos efetuados para fins da melhoria das condições de tráfego de algumas das principais rodovias fluminenses², a violência urbana (que desde os anos 1980 vem expulsando população do município-sede), a transformação da segunda residência em primeira³, etc.; tudo isso, enfim, contribuiu e em alguns casos ainda contribui para a mudança em tela.



Nesse sentido, rede urbana ou de cidades, novas polarizações e centralidades, e nova geografia econômica são termos absolutamente imbricados no que trata da apreensão de parcela (até expressiva) da atual realidade fluminense.

Em vista das observações anteriores, para efeito de melhor apreensão das transformações em exame, sem prejuízo das muitas e antigas permanências (extrema concentração da renda e da riqueza, etc.), mostra-se imperioso considerar o que já se denominou de inflexão econômica positiva⁴ (Natal, 2005) – inflexão essa datada exatamente de meados dos anos 1990. Ou seja: se antes a extremada centralidade/polarização (populacional, econômica, político-institucional, etc.) do município do Rio de Janeiro contribuía de *per se* para a quase inexistente rede urbana fluminense, a partir do momento antes anotado, no bojo da referida inflexão, também

se altera a geografia econômica estadual. Nesses termos, ela se mostra também imbricada com o processo rubricado enquanto inflexão econômica positiva, conquanto, vale o destaque, hierarquicamente comandada/determinada pela segunda, dados os investimentos que foram se espalhando pelo território estadual, incluindo os espaços não-metropolitanos.

O aspecto seguinte a sublinhar diz respeito aos diagnósticos elaborados por alguns articulistas do processo aqui em discussão. Indo ao ponto: independentemente do seu pioneirismo ou viés analítico, eles passaram a saudar a positividade da redinamização econômica e desconcentração da mesma, mas também a advertir acerca dos problemas que poderiam ou estavam por advir na medida em que políticas verdadeiramente públicas não viessem a ser rapidamente adotadas. A realidade de Macaé (que rapidamente transita de balneário decadente à condição de

principal base da produção petrolífera), de Cabo Frio (que alcança a maior taxa de crescimento populacional da década de 1990 no ERJ) e de tantos outros municípios reafirma a correção daquele diagnóstico; de modo mais ilustrativo, vide as valas negras, o saneamento básico precário, o aumento dos gastos públicos em serviços de uso coletivo para fazer face às demandas sociais em vista da dilação do anterior perímetro urbano (normalmente com a produção de vazios urbanos para fins de especulação fundiária e, adiante no tempo, imobiliária), etc.

Em suma: ‘armou-se’ no tempo histórico que se inicia por volta da segunda metade da década final do século passado importante dinâmica econômica e novidadeira rede urbana (vide, para efeito de ilustração, a expressiva conurbação que se estende de Macaé até Barra de São João, nas Baixadas Litorâneas), mas também uma gama de complexos e gravosos problemas sociais por conta da ausência de políticas públicas antecipatórias face às transformações econômicas e espaciais então verificadas.

Também concorrem para a explicação das transformações espaciais fluminenses, especialmente dos problemas manifestos no espaço urbano, os chamados Grandes Projetos. Vide a respeito o Porto do Açú (São João da Barra), o Pólo Gás-Químico (Duque de Caxias), o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (na divisa de Itaboraí com São Gonçalo), o Projeto Siderúrgico da CSA (Zona Oeste do município do Rio de Janeiro), etc. Todos eles, com elevado grau de liberdade no que concerne à literatura especializada/consagrada, até poderiam ser denominados de Grandes Projetos Regionais (GPR), não obstante seus impactos no tecido social urbano; além disso, como se depreende dessa curta lista, eles são

gerados em diversos lugares do estado, bem como são implantados sem os devidos cuidados efetivamente públicos, antecipatórios – como já se anotou ao final do parágrafo anterior.

Aos processos anteriores vem sendo adicionada mais uma gama de preocupação – a que advém dos Grandes Projetos Urbanos (GPU). Grande Projeto Urbano (GPU) constitui termo mais ou menos consagrado na atual contemporaneidade (e literatura especializada); eles têm aparecido de maneira destacada na atual conjuntura nacional e, especialmente, fluminense, sob a rubrica Megaeventos (vide as próximas Copa do Mundo e Olimpíadas que serão realizadas no ERJ)⁵. Isto posto, anote-se que a simples leitura dos documentos oficiais dos organizadores desses eventos e, principalmente, de alguns analistas acadêmicos críticos mostra o quanto os investimentos que lhes dizem respeito tendem a ser concentrados espacialmente nas áreas mais ricas do estado, a gerar problemas como o das remoções, a deixar como legado (termo recorrente nessa discussão) verdadeiros elefantes brancos, afora, é trivial, a suscitar o questionamento acerca das prioridades da sociedade vis-à-vis os dos seus organizadores e frações diversas de capital que a eles, os GPU, se associam.

Logo, à positividade da dinamização, da desconcentração das atividades econômicas e da nova rede urbana se somaram problemas sociais de toda ordem na maioria dos municípios então “contemplados”. Nestes termos, os problemas em questão deixaram de se exclusivos do município-sede e do seu entorno metropolitano; ou seja, eles passaram a ser amplos, gerais e irrestritos, e clamam por políticas efetivamente públicas! E pior: se antigos e perversos fatores determinantes dos quinze anos anteriores continuam em ação, a eles



vêm se adicionando os novos: os GPU/Megaeventos.

Concluindo: em vista do que foi até aqui exposto, é preciso sublinhar que se não há processo social sem sujeito social, mais do que nunca é preciso estar atento ao Estado que, apesar de financiar o mercado, o segue, contribuindo assim, e decisivamente, para agravar as condições de vida das maiorias populacionais. Nestes termos, mais que nunca, é preciso valorizar a atividade de planejamento do território, em especial dos seus espaços urbanos, e tudo isso sob o desiderato de um plano concertado de desenvolvimento do estado; plano esse, sempre que possível, a ser articulado ao seu congêner nacional, sob pena de, ao lado da manutenção de monumentais tragédias sociais ou mesmo da sua ampliação, esterilizar energias intelectuais e recursos financeiros em iniciativas absolutamente desnecessárias do ponto de vista das maiorias populacionais, notadamente se forem consideradas outras “soluções”, outros projetos, outros “sonhos de cidade”.

Um adendo final: parece bastante razoável incluir na agenda de reflexão (e preocupação) acerca das configurações e sociabilidades urbanas os desdobramentos urbano-espaciais da política de Unidades de Polícia Pacificadora e das ações policial-militares de invasão/tomada de traficantes

armados de complexos de favelas (como as empreendidas no Alemão e Vila Cruzeiro) – uma vez venham elas a ser mantidas (o que deve ocorrer pelos diversos níveis de governo, notadamente em vista dos ganhos políticos em vista de futuros processos eleitorais e dos também futuros eventos esportivos apontados para os anos de 2014 e 2016)!

* Jorge Natal é doutor em Economia (IE/Unicamp) e professor universitário (IPPUR/UFRJ).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

NATAL, J. O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social. Rio de Janeiro: Editora Publicatti/FAPERJ, 2005.

1 Tenha-se em conta neste ponto a terceirização, o “just in time” e as “networks”.

2 Normalmente, as exploradas pelo setor privado sob o formato de concessões.

3 Quer em vista do aspecto anterior e/ou quer das aposentadorias ampliadas nos anos 1990, por conta do chamado PDV, o Programa de Demissão Voluntária, uma das pedras de toque do neoliberalismo tupiniquim.

4 Sobre a inflexão econômica: nunca pretendi com essa tentativa categorial-síntese, em uma onda de análises pessimistas, afirmar que a economia do estado estava ingressando então na senda do crescimento econômico sustentável (não sustentável) no tempo e, menos ainda, que ela passaria a participar a maior na produção da riqueza nacional, mas tão somente chamar a atenção que estava acontecendo no estado uma série de dispendios capazes de sustar a degradação econômica (iniciada por volta dos anos 20 do século XX, dada a proeminente ascensão da economia do estado de São Paulo); mas, claro, que essa inflexão poderia até vir a se mostrar crescimento mais significativo da renda caso novos fatores intervenientes viessem a se posicionar, a saber: políticas públicas pró-ativas ao crescimento econômico, conjunturas nacionais e internacionais economicamente favoráveis, etc. – o que, de certa maneira, caracteriza em algum grau os últimos dez a quinze anos.

5 Neste caso é necessário não perder de vista que eles trazem consigo atores de peso, internacionais, como o são o Comitê Olímpico Internacional e Federação Internacional de Futebol Associado, que, por sua vez, além de estabelecerem poderosas articulações políticas e econômicas com grupos de interesses nacionais, afetam ainda a soberania e o federalismo do país que os hospeda.

Prêmio de Monografia

O *JE* publica o último dos resumos dos textos vencedores do 20º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Ricardo de Menezes Barboza recebeu menção honrosa no concurso.

Mecanismos de Transmissão da Política Monetária: O Canal do Crédito no Brasil entre 2003 e 2006

■ Ricardo de Menezes Barboza*

1- Introdução

Existem três perguntas fundamentais a se fazer quando o assunto é política monetária: (1) quais são os objetivos da política monetária? (2) qual é o instrumental de política monetária? (3) quais são os canais (ou mecanismos) de transmissão da política monetária? A presente pesquisa está relacionada com a terceira pergunta, pois se investiga a relevância de um canal de transmissão específico – o do crédito – para a política monetária brasileira entre os anos de 2003 e 2006.

Mensurar a relevância dos mecanismos de transmissão monetária é importante, pois se eles forem relevantes, a política monetária poderá afetar o produto real sem grandes mudanças nas taxas de juros. Neste trabalho, porém, não há nenhuma pretensão de precisão, apenas de ordem de grandeza.

2- Alguns fatos estilizados

Este capítulo apresenta alguns fatos estilizados que formam o cenário que importa na discussão sobre a propagação monetária pelo canal do crédito:

(i) o crédito no Brasil é pouco significativo em relação à renda. No final de 2006, a relação Crédito Total/PIB ainda era de 30,2% (países como África do Sul, Austrália e China apresentavam relação superior a 100%). Tal medida retrata a baixa profundidade do crédito na

determinação do PIB brasileiro.

(ii) além da relação Crédito Total/PIB ser muito baixa, tem-se o agravante de que a razão Crédito Livre/PIB é mais baixa ainda (20,6% no final de 2006). O crédito livre corresponde à parte do crédito total que é sensível às alterações de política monetária. A outra parte do crédito corresponde ao crédito direcionado.

(iii) o *spread* bancário é excessivamente elevado no Brasil (36,88%a.a., enquanto países como Chile, México e Rússia apresentam *spread* de 2,89%, 4,21% e 6,35%, respectivamente). Quanto maior o *spread*, mais caro tende a ser o crédito e menor tende a ser o volume concedido.

(iv) a maturidade das operações de crédito livre na economia brasileira é muito curta. Esse quadro, onde predominam empréstimos de curto prazo, é favorável a rápidas reações por parte de bancos frente a choques de política monetária. Entretanto, a maturidade veio se alongando no período retratado (prazo médio consolidado passou de 8,6 para 9,8 meses entre janeiro/2003 e dezembro/2006). Quando prazos se alargam, prestações se reduzem, de modo que incentivos via preço, advindos de choques monetários, podem não se fazer sentir no movimento do crédito.

(v) empresas brasileiras possuem baixa alavancagem quando comparadas a empresas de outros países. Um painel com

1.580 firmas não-financeiras brasileiras mostra que a relação dívida total/ativo total é baixa em comparação internacional. A existência de firmas dependentes de crédito bancário é uma condição necessária para a operação do canal do crédito.

(vi) o crédito não é a principal fonte de receita dos bancos comerciais brasileiros. Dados coletados entre 1995 e 2007 mostram que a maior parte da receita operacional dos bancos advém de aplicações com títulos públicos e valores mobiliários (crédito responde por algo em torno de 20%). A existência de um setor bancário que pouco empresta é uma característica desfavorável à possível importância do canal do crédito como mecanismo de transmissão da política monetária.

(vii) a concentração industrial na economia brasileira é não-desprezível. Dados da PIA para as indústrias de transformação e extrativa foram utilizados para se calcular o índice de concentração IHH de 103 setores distintos. Dos 103 setores, 14 apresentaram IHH superior a 0,18 e 31 setores apresentaram IHH superior a 0,10. Dependendo do grau de concentração dos setores, o canal do crédito pode ter maior ou menor relevância. Isto ocorre porque firmas maiores têm acesso a uma gama maior de fontes de financiamento, enquanto pequenas empresas tendem a ser mais dependentes de empréstimos bancários.

(viii) a concentração ban-



cária na economia brasileira é muito elevada. Países com sistema bancário muito concentrado tendem a ter um canal de crédito pouco significativo. Isto ocorre porque bancos pequenos tendem a ter maior dependência em relação à política monetária, já que possuem menor capacidade relativa de captar recursos diretamente no mercado.

Em síntese, a maior parte dos fatos estilizados para o período 2003/2006 segue na direção de reduzir a importância do canal do crédito como mecanismo de transmissão da política monetária.

3- Canal do crédito no Brasil entre 2003 e 2006

Mediante os fatos estilizados expostos, destacamos evidências quantitativas e qualitativas sobre o canal do crédito. A rigor, para verificar esse canal, observamos como se comportam variáveis de crédito após choques de política monetária. Nessa tarefa, levamos em consideração que

o crédito responde com defasagem às alterações da taxa básica de juros – na prática o principal instrumento de política monetária utilizado pelo BCB.

O canal do crédito pode ter relevância se existir correlação estatística negativa entre política monetária e crédito. Contudo, vale notar que correlação negativa não é condição nem necessária, nem suficiente. Não é necessária, pois o canal pode ter importância, mas outras variáveis podem influenciar o crédito com maior força, de modo que a correlação fique positiva. Não é suficiente, pois a correlação pode ser negativa devido a outros fatores explicativos do crédito que não a política monetária. Mas mesmo assim, vejamos o que dizem os coeficientes de correlação.

O estoque de crédito com recursos livres apresenta correlação -0,67 com a taxa Selic, considerando uma defasagem de seis meses. A correlação se altera muito pouco para qualquer defasagem entre três e seis meses. As novas concessões de crédito, por sua vez, apresentam correlação de -0,68 com a política

monetária. Desagregações para pessoas físicas e jurídicas mostram correlações de -0,65 e -0,71, respectivamente.

Em busca de maiores evidências, percorremos o canal do crédito ao longo de sua propagação. Percebemos que a taxa Selic altera de maneira robusta as taxas de juros ativas praticadas pelas instituições bancárias, que por sua vez, apresentam elevada correlação com as concessões de crédito (-0,73). Mas será que os coeficientes de correlação apresentados se devem à importância do canal do crédito?

Em 2004 ocorre um fato curioso, pois a política monetária se altera, porém sem alterar em nada o comportamento do crédito (ver gráfico). Ora, como podem duas variáveis tão correlacionadas não se alterarem conjuntamente? Essa pergunta abre espaço para se investigar outras influências sobre o crédito que não a política monetária. Essas outras influências aparecem listadas a seguir:

(I) Em 2003 foi instituída a lei que disciplina a concessão de crédito consignado no Brasil, aque-

le com pagamento descontado diretamente “em folha”. O crédito consignado serviu de motor para o crescimento do crédito a despeito da política monetária; (II) a renda cresceu em todos os anos desde 2003, assim como a massa salarial, que puxa o crédito para cima, por exemplo, através do crescimento de oportunidades para o consignado; (III) a economia brasileira passou por um movimento de alongamento de prazos, fazendo com que incentivos via preço perdessem força frente ao tamanho da parcela que passava a “caber no bolso”; (IV) após o chamado “efeito Lula”, o novo governo assumiu o compromisso de manutenção da estabilidade de preços, beneficiando a oferta de crédito, pois a inflação costuma ser prejudicial a credores.

Além disso, o gráfico a seguir, não-restrito aos anos de 2003 e 2006, relaciona Selic e concessões de crédito (médias móveis). Nota-se, claramente, que as concessões de crédito mantiveram uma trajetória que passou ao largo dos diversos reveses da política monetária.

Eis a possível explicação para os coeficientes de correlação aparentemente expressivos encontrados anteriormente. Como correlação é uma medida de associação linear entre variáveis, tal coeficiente pode apontar relações que não existem, e não apontar relações que existem (no caso de relações não-lineares). Desse modo, as correlações aparentemente significativas se mostraram de pouco significado para a análise do canal do crédito. De fato, as correlações apresentadas não se deviam à importância do canal do crédito.

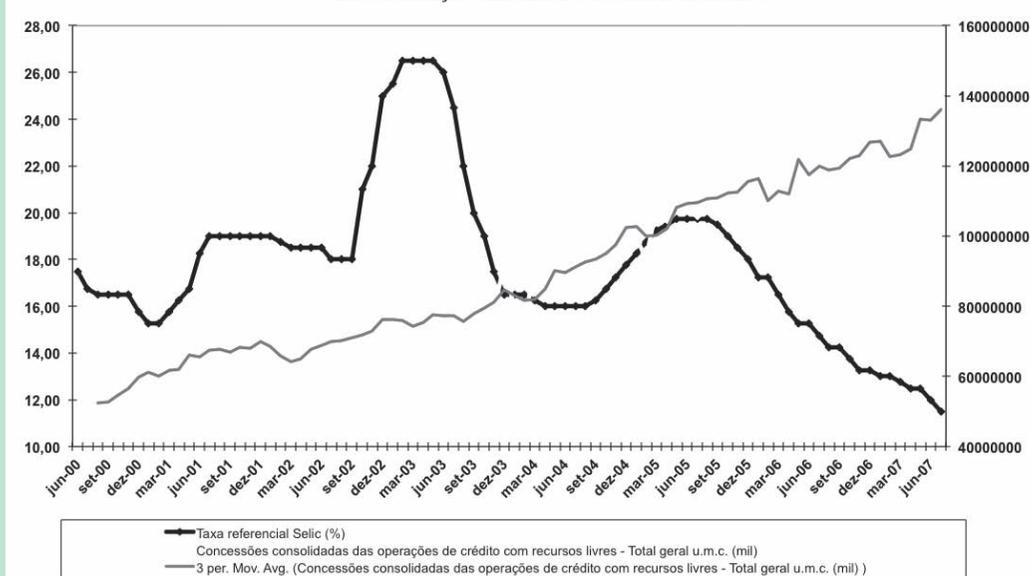
Podemos afirmar, portanto, que alterações de política monetária não conseguiram influir significativamente no comportamento do crédito entre 2003 e 2006. Em outras palavras, o canal do crédito não teve muita relevância para a transmissão monetária brasileira.

4- Conclusão

Verificou-se neste trabalho uma incompatibilidade entre a importância consagrada na literatura para o canal do crédito e sua efetividade na economia brasileira entre os anos de 2003 e 2006. Mostramos que a simples correlação de dados não é uma boa medida investigativa para o canal do crédito. Outras variáveis parecem influir com maior intensidade no comportamento do crédito do que a política monetária via taxa Selic. Em suma, encontrou-se evidência de pouca expressividade para o canal do crédito, o que não quer dizer que ele não tenha operado no país.

*Ricardo de Menezes Barboza é mestre em Economia do IE-UFRJ e pesquisador do Grupo de Conjuntura Econômica da UFRJ. O autor agradece a Fernando Cardim e Antonio Licha pela orientação na elaboração da monografia, e a Daniel Brum pelos comentários a essa versão. ricardom.barboza@globocom

Gráfico: Relação Taxa Selic e Concessões de Crédito



Assistência Social e Segurança na cidade do Rio de Janeiro

*“Nem sempre a maldade humana está em quem porta um fuzil
Tem gente de terno e gravata matando o Brasil”
(Arlindo Cruz, Acyr Marques e Ronaldinho)*

Recentemente o Rio de Janeiro assistiu às imagens assustadoras do que seria uma guerra urbana. A reação do Estado aos ataques terroristas foi imediata e com potência jamais vista em terras cariocas. O aparato bélico e tecnológico impressionou tanto quanto o alvoroço da mídia. A ação foi considerada por muitos uma vitória do Estado sobre o crime, do bem contra o mal. Mas a exibi-

ção de força, estado de prontidão e ações espetaculares que se traduzem em gastos com a repressão seriam a solução para segurança pública? Ou o Estado possui outras formas menos onerosas e violentas de combater esse problema?

Para aprofundarmos o debate indispensável sobre os rumos desta cidade, o Fórum Popular do Orçamento fez um levantamento dos gastos municipais de duas áreas afins: segurança e assistência social. Tal escolha parte do entendimento de que a questão de segurança não é apenas um “caso de polícia”. Desde já, porém, fica esclarecido que a prefeitura não tem competência constitucional para atuar na Segurança Públi-

ca stricto sensu. Entretanto, há gastos nesta função governamental para a defesa do patrimônio público e das posturas municipais, incluso a repressão ao comércio “alternativo” (ambulantes e camelôs).

O objetivo dessa pesquisa é o de comparar os gastos municipais do aparato repressivo com as ações de cunho social, uma vez que as atividades que despertaram esta matéria foram realizadas em comunidades habitadas pelas parcelas mais desfavorecidas de nossa sociedade. Sendo assim, a Assistência Social tem papel fundamental, pois garante os direitos de todos como parte desse projeto de dar seguridade à população, a despeito do nosso entendimento de que a criminalidade não pode e nem deve ser associada, exclusivamente, à pobreza (gráfico 1).

tos de R\$ 450 milhões para 2011 é 31% maior em relação a 2010, no entanto pouco varia o peso em relação ao orçamento total, de 2,3% para 2,4%, percentual abaixo dos verificados no período (2006 – 2008), mas superior ao ano de 2009 (conforme Tabela 1). A explicação para este fato está na elevação geral do PLOA/2011 na ordem de 28%.

A principal razão para o aumento da função é a implantação do programa Cartão Família Carioca, cuja dotação inicial atinge R\$ 130 milhões. O objetivo é assistir famílias que vivem na linha da pobreza, ou seja, a versão carioca do Bolsa Família – redução imediata dos impactos da miséria extrema.

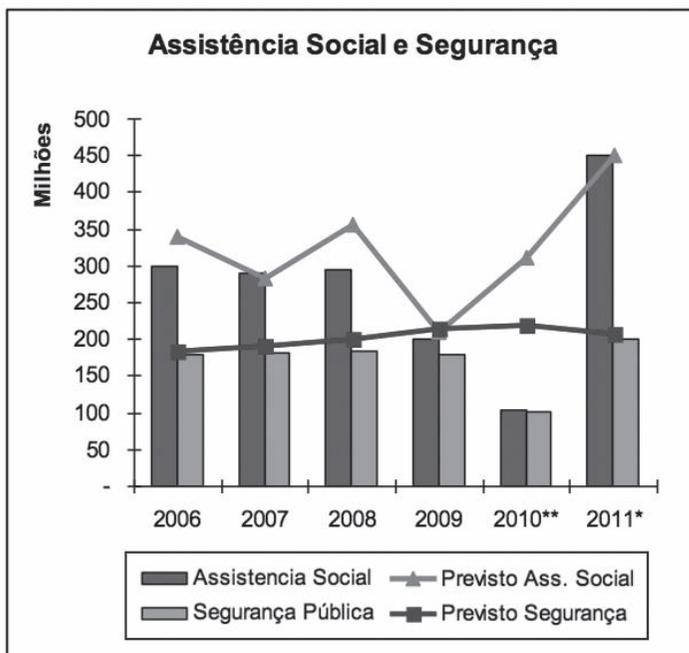
Já a constatação de redução dos gastos nas duas funções em 2009 e 2010 ocorre seguindo a tendência também constatada em governos passados, de contenção de gastos nos primeiros anos de mandato.

Vale ressaltar que dos dados da função Assistência Social de 2006 a 2010 estão deduzidos os programas relacionados aos servidores públicos, por não serem estes o público sob análise.

As drogas e as crianças

Por considerarmos as crianças e os adolescentes as principais vítimas da violência foi destacado o Programa Enfrentamento ao Uso e Abuso do Crack, que prevê um conjunto de ações voltadas para restabelecer crianças e jovens ao convívio com a sociedade e suas famílias.

Gáfico 1



*Previsto PLOA 2011 ** Dados até novembro
Fonte: PLOA 2006 – 2011, Prestação de Contas 2006 – 2009 e FINCON/ nov-2010.

A função Assistência Social

À Secretaria de Assistência Social, órgão centralizador desta função, compete combater as consequências geradas pela pobreza, como a exclusão social, dando garantia de acesso às políticas essenciais para a vida, e desenvolver uma política de inclusão social das camadas mais pobres da população.

A cidade do Rio de Janeiro disponibilizou para a função Assistência Social R\$ 311 milhões em 2010, porém R\$ 103 milhões foram liquidados – isso significa que houve uma taxa de liquidação de 33%. A previsão dos gas-

Tabela 1

| Peso da Função na Despesa Total (em milhares de Reais) | | | | | | | | | | | | |
|--|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|
| | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010** | | 2011* | |
| Despesa Total | 11.659.796 | | 12.052.500 | | 12.249.811 | | 12.956.651 | | 13.786.795 | | 18.865.516 | |
| Segurança Pública | 184.492 | 1,6% | 190.076 | 1,6% | 200.848 | 1,6% | 213.632 | 1,6% | 219.311 | 1,6% | 207.191 | 1,1% |
| Assistência Social | 339.588 | 2,9% | 282.466 | 2,3% | 356.734 | 2,9% | 210.342 | 1,6% | 311.468 | 2,3% | 450.639 | 2,4% |

*Previsto PLOA 2011 ** Dados até novembro

Fonte: PLOA 2006 – 2011, Prestação de Contas 2006 – 2009 e FINCON/ nov-2010.

Para este projeto o Município do Rio de Janeiro estipulou como dotação inicial R\$3,3 milhões em 2010 com uma liquidação na ordem de R\$ 3 milhões (92%), algo raro e positivo em termos de planejamento e execução orçamentária. Entretanto, inexplicavelmente para 2011 a previsão deste programa é de R\$ 1 milhão. Fica o questionamento quanto ao motivo de um projeto de grande valor social ter sua dotação reduzida.

A função Segurança

A prefeitura do Rio autorizou para o ano de 2010 cerca de R\$ 236 milhões para a função segurança. Desse valor, R\$113 milhões foram liquidados, o que representa uma taxa de liquidação de 48%.

No PLOA 2011 a previsão de gasto é de R\$ 212 milhões, 10% a menos do que o previsto para 2010. A função Segurança Pública representa 1,1% da despesa total da prefeitura para 2011, porém o percentual verificado é de 1,6% nos anos anteriores (2006 – 2009).

A função Segurança é, basicamente, exercida pela Guarda Municipal (GM - Rio), que a partir de 2011 passará a integrar a Secretaria de Ordem

Pública, e não mais a Secretaria da Casa Civil.

Destaca-se que, para efeito desta pesquisa, foram deduzidos da função Segurança os gastos da Defesa Civil, visto que esta foge do foco principal da análise, já que o nosso estudo destaca a repressão como forma de segurança, tal qual o procedido com a função Assistência Social.

O programa ressaltado é o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), previsto como ação no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2011).

Pronasci

O programa foi desenvolvido pelo Ministério da Justiça e alia políticas de segurança pública com ações sociais por meio de projetos que visam à prevenção da criminalidade e à inclusão social. Tais objetivos foram consignados no Plano Anual de Trabalho (PAT) da Prefeitura do Rio de Janeiro de 2010, o exercício financeiro inaugural do Pronasci. No PLOA 2010 a previsão do orçamento com a administração direta do Programa foi de R\$ 99 milhões. Já para 2011 a previsão é de R\$ 49 milhões.

Sobre a execução orçamen-

tária também em administração direta até novembro de 2010, temos: R\$3,8 milhões liquidados de um total de R\$86 milhões autorizados, o que evidencia que houve remanejamento de verba do projeto. Apenas dois órgãos realizaram gastos com o Pronasci: a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário.

Por ser um programa de âmbito federal, foi visto que 70% dos gastos da União com o Programa foram em Bolsa-Formação para policiais e muito pouco com ações em comunidades carentes. Segundo explicação do ministro da Justiça, o foco do Programa nos primeiros anos era conseguir adesão dos policiais ao novo conceito de segurança baseado na polícia pacificadora.

Esse programa representa a confluência das duas funções analisadas, Segurança e Assistência Social, e sua redução tanto em 2010 quanto para 2011 significa um contrassenso ao buscado por aqueles que entendem a Segurança Pública como uma questão além da repressão policial.

Mesmo considerando as diferenças entre as competências do município e do estado do Rio

de Janeiro no trato da Segurança Pública, fica constatado no orçamento municipal de que as ações de cunho social são maiores que as de repressão. Ainda bem. No entanto, para que esse volume de recursos tenha efeito prático de fato, é necessário que o governo execute aquilo que está prometido no orçamento, algo não consolidado nos dois primeiros anos de mandato do Prefeito Eduardo Paes.

Por outro lado, fica claro que o ocorrido em novembro de 2010 no Rio de Janeiro envolve muitas outras questões não tratadas aqui e não resolvidas por ações sociais da prefeitura. Ainda permanece em xeque a suspeita de que as áreas “pacificadas” seriam planejadas de acordo com os interesses da especulação imobiliária. E como apontou Marcelo Edmundo, da Central de Movimentos Populares (CMP): “É uma guerra em que só morre um lado, uma cor, uma classe social. É simbólico que tenha acontecido na Semana da Consciência Negra, e dos 100 anos da Revolta da Chibata.”

Enfim, tais questões vão além dos dados orçamentários, mas se interagem. Daí considerarmos um alento a repressão ser menor que a ação social.

Curso preparatório para a Anpec



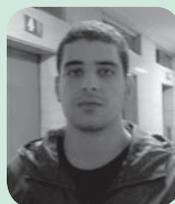
Alan Gusmão



Aline Rocha Santos



Amanda Ribeiro



Bruno Machado



Bruno Machado



Camila de Macedo



Daniela Maia



Denilson Reis



Fernando Motta



Lorena de Oliveira



Luciana Kratochwill



Manoel Soriano



Maurício Baca



Monique Rieiro

O curso *Aperfeiçoamento em Economia: preparatório para a prova da Anpec* foi entre 1975 e 2001 oferecido pelo Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (Ierj) com o apoio do Corecon-RJ. Desde 2004, o Conselho passou a ministrar o curso diretamente. Do corpo original de professores, três se mantêm: Attilio Guaspari, de Estatística; Jorge Claudio Cavalcante de Lima, de Microeconomia; e Antonio Carlos Assumpção, de Macroeconomia. O professor de Matemática, André Gaglianone, está na equipe desde 2005.

O curso apresenta algumas modificações em 2011, como a oferta de duas bolsas integrais e duas bolsas parciais de monitoria. Os candidatos devem se inscrever até o final de fevereiro e se submeter a uma prova em março.



Nereida Barros



Newton da Silva



Paloma Siqueira



Priscilla Oliveira



Verônica Lameira

**O Corecon-RJ
parabeniza
os alunos
aprovados
em 2010.**

Agenda de cursos para 2011

Contabilidade ambiental – Matemática: pré-cálculo – Aperfeiçoamento em economia: preparatório para a Anpec – Perícia – História da análise macroeconômica – Econometria – Finanças públicas no Brasil – Macro e microeconomia para concursos – Estatística para concursos (à tarde) –

Economia industrial – Análises de séries temporais – Regulação econômica com foco na indústria de gás e petróleo – Matemática para prova da Anpec (à tarde) – Língua portuguesa para concursos (pela manhã) – Matemática Financeira (à tarde)

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES: www.economistas.org.br ou no telefone 21-2103-0119

A Secretaria de Cursos do Corecon-RJ recebe e-mails de alunos aprovados em concursos. Veja abaixo uma seleção dessas mensagens:

Gostaria de informar que fiz alguns cursos preparatórios no Corecon e, na média, o resultado foi positivo. Os cursos que foram mais proveitosos foram de Micro, com o Jorge Cláudio, e Macro, com o Antonio C. Assumpção.

Quanto aos concursos, fui aprovado na maioria deles, como exemplo a Finep, EPE, Eletrobras e Petrobras, todos em 2005/2006. O último para o qual fui aprovado, e onde estou trabalhando hoje, foi o BNDES em 2007... Sds, Celso Tibau
Economista - AI/DEFARMA

Quem passou para o BACEN fui eu! Um abraço e até segunda-feira!
Carlos Eugenio Quintella

(Curso Economia para concursos: teoria e exercícios e Macro e micro, ministrados pelo professor Carlos Maximiliano dentro do Preparatório para a Anpec 2010.)

Os cursos de Macro e Micro com o professor Carlos Maximiliano me auxiliaram nos estudos para o BNDES, local onde estou atualmente.

Atenciosamente,
Orlando Gonçalves Junior
(Curso Matemática Aplicada à Teoria Econômica com o professor Carlos Maximiliano.)

Atualmente participo do curso macro e micro com o prof. Carlos Maximiliano e estou muito satisfeito com o conteúdo e com a didática do professor. Ainda não consegui aprovação em um concurso, mas tão logo o faça informarei ao Corecon. Grato.
Fabio A. Mendonça

Apesar de ter feito apenas parte do curso preparatório para a ANPEC no CORECON RJ, gostaria de destacar a qualidade do serviço prestado. Espero fazer outros cursos aí com vocês. Aproveito para informar que o curso preparatório me possibilitou a aprovação em 5º lugar no concurso do INVESTE RIO este ano. Abs,
Bruno Lombello

Eu fiz o processo seletivo do SEBRAE para Baixada e passei em 2º lugar. Att,

Deise Vilela Barroso
(Curso Macro e micro com o professor Carlos Maximiliano)

Fui aprovado (6º lugar) no concurso para Economista das Indústrias Nucleares do Brasil. Estou aguardando a convocação.

Grande abraço,
Anderson Cirino
(Curso Economia para concursos com o professor Carlos Maximiliano e Macro, Micro e Brasileira no preparatório para a Anpec. O aluno passou também para o mestrado na UFF.)

Fiz mais de 10 cursos no Corecon no período de 2003 a 2008. A partir de fev/2009 duas gerências de minha área de atuação, mercado de capitais, foram transferidas para São Paulo. O objetivo dos cursos que fiz foi de rever alguns conceitos esquecidos após a conclusão do curso de economia.

Me ajudou muito, principalmente na parte teórica. Ano que vem devo estar voltando. Abs.

Marco Antonio Monteiro Coutinho
Assessor
BANCO DO BRASIL S.A.
DIMEC - Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos

Olá!
Passei sim para a Marinha em primeiro lugar e para a Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro como Analista de Planejamento e Orçamento. No segundo também caiu economia na prova, mas acredito que foi mesmo fundamental o curso do CORECON na prova da Marinha que só caiu economia. O curso me ajudou bastante pois o professor era muito bom. Estou mandando em anexo 3 opções de fotos para que escolha a melhor. Sairá na edição de janeiro?
Muito obrigada e Boas Festas!!

Monique Carla Duarte Rieiro
(Fez o curso de Macro e microeconomia para concursos com o professor Carlos Maximiliano.)